

POR FALAR EM PARAÍSO TERRESTRE

Alcida Rita Ramos*

"Se ninguém viajasse o Brasil não existiria"

(Tom Jobim)

O que Colombo não sabia

Ao fim de sua quarta viagem ao Novo Mundo e até a hora da morte, Cristóvão Colombo estava certo de haver chegado à entrada do Paraíso Terrestre. Convenceu-se disso quando viu a foz de um grande rio, majestoso, amazônico. Era o Orinoco. A impressão foi tão forte que só o apelo ao divino pôde satisfazer os sentidos do comandante do Mar Oceano. T tamanha grandiosidade só poderia ser coisa de Paraíso, aquele portento líquido tinha que ser um dos quatro rios do Éden.

Se não chega a corresponder às fantasias edênicas de Colombo, o rio Orinoco merece seu lugar na história por várias razões dentre os quais, o privilégio de abrigar um dos povos indígenas mais conhecidos da atualidade. No alto de suas cabeceiras, metade dos Yanomami se espalham por uma infinidade de igarapés que só não são também brasileiros porque a barreira do Maciço das Guianas impede-os de correr para o sul. Mas, do lado de cá desse magnífico divisor de águas, fonte de inspiração para fantasias como as de Conan Doyle sobre um mundo perdido, vive a outra metade dos Yanomami. Ao todo são cerca de 20 mil índios, falando quatro línguas distintas mas intimamente relacionadas, plantando suas roças, explorando os recursos naturais de uma floresta sempre pródiga desde que respeitada em sua essência, passando às novas gerações um

estilo cultural que lhes vem garantindo não só um nível de vida satisfatório, como também a notável capacidade de expandir seu território.

O que os olhos de branco não vêem

Ao olho desavisado, a paisagem do Maciço das Guianas, englobando o sul da Venezuela e o norte de Roraima e Amazonas, no Brasil, parece despovoada, só para si, monótona na eterna repetição de um sem fim de árvores que se acotovelam por um lugar ao sol. Mas não, ela não é nem um vazio humano nem um manto único tecido em verde. Há que aprender a ver a Amazônia. Na sua intimidade, a mata se revela diferenciada, habitada, transformada pela ação milenar de muitas gerações humanas.

Tomemos, por exemplo, o padrão de cultivo de povos como os Yanomami. Cada família tem sua roça, algo semelhante em tamanho a um campo de futebol. Quando essa roça está no auge da produção, já uma nova foi derrubada, ao mesmo tempo em que outra, velha e tomada pelo mato, ainda fornece banana, pupunha e alguns tubérculos. Nesse eco-sistema, a baixíssima fertilidade do solo permite no máximo uns três anos de produtividade alta. Roças velhas não são replantadas. O mato invade, tocos de grandes árvores começam a brotar, a floresta se recompõe e vinte ou trinta anos depois parece que a roça nunca existiu. Pensemos que cada aldeia tem em

média umas vinte famílias, todas abrindo roças num rodízio de dois ou três anos, e que aproximadamente cinco mil famílias yanomami fazem o mesmo continuamente. Multiplicando esses números pela imensidão de outras famílias de outros povos indígenas Amazônia afóra, onde o grau de fertilidade do solo varia, mas não chega a permitir assentamentos totalmente permanentes, é difícil imaginar uma floresta ainda virgem, depois de séculos e séculos de cultivo, de caça e coleta. O que vemos com nossos olhos sincrônicos e quase sempre destreinados é o resultado de um fluxo de minúsculos desmatamentos pontilhando a paisagem e do refluxo de rejuvenescimento da mata viabilizado pela maneira contida e sábia com que os povos indígenas impõem suas atividades econômicas ao meio ambiente. Do fundo de sua sabedoria, os Yanomami desenvolveram um sistema social, político e econômico que privilegia a dispersão territorial, pois sabem que a concentração demográfica leva inevitavelmente ao esgotamento dos recursos. Sua terra é grande (nove e meio milhões de hectares no Brasil) e tem muito boas razões para isso.

De fato, o território yanomami é um exemplo de manejo bem sucedido de recursos naturais notórios por sua fragilidade traduzida na quantidade altamente rarefeita de espécies de fauna e flora. Respondendo a essa dispersão natural, as comunidades yanomami são pequenas (raramente passam de 100 pessoas), distancia-

das entre si (de umas poucas horas a dias de caminhada) e ligadas por uma intrincada teia de atalhos.

Finas nervuras de terra, ora tortas, ora retas, sempre resolutas, subindo e descendo encostas, detendo-se em igarapés para ressurgir do outro lado, confundindo-se com raízes que serpenteiam o chão da mata, com troncos de árvores caídos sobre rios, são as trilhas yanomami. Se ao rés-do-chão elas podem driblar o olho menos esperto ou experiente, do alto de um avião elas são perfeitamente invisíveis, meticulosamente encobertas pela copa cerrada da floresta. Por essas trilhas o caminhante pode percorrer quilômetros, atravessar estados ou até países, em horas, dias ou semanas de viagem, seja para chegar a alguma roça, ponto de caça, aldeia vizinha ou remota.

As trilhas yanomami são o testemunho mais pedestre, por assim dizer, das movimentações desse povo que parece ter sido feito para andar, locomover-se, espalhar-se. Abertas a facção, acentuadas e conservadas pela batida intermitente de múltiplas passadas, as trilhas nascem, vivem e morrem ao sabor do interesse das pessoas em manter seus vínculos com este ou aquele lugar. Se, por um passe de mágica, todas as trilhas já abertas em terras yanomami aflorassem ao chão e novamente se tornassem visíveis, teríamos um mapa viário dos mais densos e um retrato fidedigno de todas as rotas ligando todas as roças, todas as aldeias e todos os acampamentos sazonais passados e presentes, numa estonteante profusão de indícios gráficos da eficiência talvez milenar com que os Yanomami vêm ocupando a região ocidental das Guianas. Um tal mapa hipotético derrubaria de um golpe argumentos contrários ao reconhecimento pelo estado brasileiro da Área Indígena Yanomami, argumentos que se sustentam na debilidade de um olhar impressionista e míope para defender a ficção dos vazios demográficos. Dizem que é um desperdício "dar" tanta terra a tão poucos índios que, além do mais, não a ocupam toda, não sabem explorar os seus recursos naturais, são até responsáveis, ainda que indiretos, pela penúria de legiões de brasileiros desvalidos e sem terra e acabam por abrir um flanco à cobiça estrangeira. Em suma, está

aí a epítome da soberba "civilizada": aquilo que o olho de branco urbano não vê, não existe¹.

O que move os Yanomami

A partir do mapa invisível, mas não menos real, traçado no terreno das experiências históricas e geográficas dos Yanomami, é possível delinear alguns movimentos de magnitudes e consequências diversas. Esses movimentos, embora tendo efeitos semelhantes no sentido de resultarem em deslocamento no espaço, têm distintas origens e motivações. Alguns representam mudanças muito pequenas, outros podem ser caracterizados como migrações, enquanto outros ainda advêm de potentes pressões externas sobre o modo de vida normal das comunidades. Mas, antes de tudo, é preciso não confundir esses movimentos espaciais com a noção de nomadismo que está tão presente no imaginário branco sobre o primitivo exótico². Contra o senso comum que toma qualquer tipo de mobilidade espacial dos índios como sinal de nomadismo³, o que precisa ficar perfeitamente claro é que o que se segue é uma descrição de um povo móvel, mas não "nômade". Dos menores aos maiores, vejamos quais são esses movimentos.

Parte da sabedoria com que os Yanomami têm manejado seu habitat reflete-se na prática de dois tipos de deslocamento. Um é ditado pela necessidade de fazer novos roçados a cada dois ou três anos e de buscar novos locais de caça, quando os animais escasseiam ou desaparecem das imediações de cada comunidade. Assim, as aldeias se deslocam, em parte, à procura de novos sítios onde a mata seja mais propícia para o cultivo, para a coleta e para a caça. Se uma comunidade permanece muito tempo num mesmo lugar, começa a rarear a fonte de proteína animal e a aumentar a distância entre a aldeia e as roças, até chegar ao ponto em que é mais viável mudar a aldeia. Tais deslocamentos fazem-se num raio de cerca de três quilômetros a cada cinco ou dez anos. Para quem convive constantemente com os Yanomami ou os visita anualmente, esses movimentos são quase imperceptíveis, mas surgem bastante acentuados

quando retornamos depois de anos de ausência.

O outro micro-movimento é de prazo mais longo e pode advir do esgotamento acumulado de uma determinada área. A atividade intensiva de roças e de caça pode superar a capacidade de rejuvenescimento de uma micro-região, envolvendo geralmente mais de uma comunidade. De modo a contrabalançar essa tendência, aproximadamente a cada geração, muda-se para mais longe, num raio de dez a trinta quilômetros.

Mas esse efeito espacial também ocorre por outras razões. A eclosão de epidemias ou a ocorrência de conflitos entre comunidades podem provocar uma debandada. A subsequente instalação em novo local, longe do anterior, acaba produzindo novos rearranjos geográficos e sociais numa dada sub-área. Isto tudo está intimamente ligado a uma das características mais marcantes da organização social dos Yanomami, qual seja, o padrão de segmentação das aldeias, segundo o qual novos grupos locais podem surgir a cada duas ou três gerações. As rivalidades políticas que fermentam no interior das comunidades ocasionam cisões periódicas. Convertem-se, desse modo, em instrumentos hábeis para manter as aldeias dentro de limites demográficos aceitáveis. Os grupos dissidentes afastam-se e procuram novos locais onde possam residir e exercer suas atividades econômicas de maneira mais eficiente. Os laços de sangue e de casamento mantêm vivo o interesse mútuo entre os grupos que se separaram. A princípio aliadas, essas comunidades, antes uma só, vão se distanciando com o tempo até não terem entre si vínculos maiores do que os que as ligam a outras tantas comunidades. Por esse processo, conseguem dois resultados positivos: um, evitam os efeitos do crescimento vegetativo que resulta em concentração demográfica indesejada, com muita gente explorando os mesmos recursos ao mesmo tempo; dois, preservam e até aumentam a grande rede de relações que cobre todo o território yanomami.

Um terceiro processo de mobilidade, que podemos chamar de migratório, está estreitamente relacionado aos dois primeiros em sua dinâmica, mas tem características e consequências geopolíticas dife-



Foto: Bruce Albert

rentes. Foi o que permitiu a expansão territorial dos Yanomami na região guianense. É um processo ainda muito pouco conhecido, pois, na ausência de dados arqueológicos, nem os registros históricos nem os depoimentos dos próprios índios nos reportam a um passado suficientemente longínquo para permitir a reconstrução do início da presença yanomami em seu atual território. O que temos à nossa disposição é pouco, mas já dá uma idéia da trajetória histórica desse grupo nos últimos 200 anos. Para além disso, onde existe um vazio no registro histórico, certas técnicas lingüísticas procuram preencher com inferências retiradas do grau de semelhança entre as quatro línguas conhecidas: Yanomam, Yanomami, Sanumá e Yanam.

O que a história não registrou

Os Yanomami como um todo já vivem na região do Maciço das Guianas, pelo menos, desde o século XVIII, data da primeira referência escrita da sua presença por exploradores europeus⁴. Mas, se levarmos em conta os resultados da aplicação da glotocronologia, técnica lingüística que procura medir a distância entre as várias línguas faladas hoje, temos cifras

reveladoras. O lingüista Ernesto Migliazza⁵ afirma que a primeira língua a se separar do idioma original foi o Sanumá, no século XIII depois de Cristo. Isto significa que seriam necessários, pelo menos, 700 anos para que todas as quatro línguas se subdividissem e chegassem ao nível de diferenciação que encontramos hoje. Com base nesses cálculos, o geógrafo norte-americano, William Smole⁶, que desenvolveu pesquisa de campo, com os Yanomami na Venezuela, conclui que o fato de os falantes das quatro línguas viverem hoje relativamente próximos uns dos outros indica que seu território original deve ter sido muito maior do que o atual. Só assim podemos entender como uma primeira dispersão geográfica resultou em tantas diferenças lingüísticas, pois se a proximidade tivesse sido sempre como é agora, suas línguas não seriam tão diferentes. Depois da expansão máxima, teria havido uma contração territorial.

O registro lingüístico é um dos poucos sinais que nos é legado pela história remota dos Yanomami. Por um lado, as condições climáticas da Amazônia são pouco propícias a achados arqueológicos; o clima quente e úmido destrói em pouco tempo a maior parte dos materiais de origem orgâ-

nica, como casas, enfeites, etc. Por outro lado, um dos traços mais tipicamente yanomami é a cremação dos mortos e, na maioria dos subgrupos, a ingestão ritual pelos parentes das cinzas dos ossos carbonizados. Não deixam, portanto, vestígios de seus corpos e de muito pouco de sua cultura, como uns parcos machados de pedra ou frágeis panelas de barro. Resta a glotocronologia, os relatos de exploradores e a história oral dos Yanomami.

Em capítulo mais recente dessa história, temos dos próprios índios, por exemplo, dos Sanumá, o subgrupo mais setentrional, o relato da chegada yanomami ao vale do rio Auaris (afluente do Parima que, por sua vez, desemboca no Uraricoera que depois se transforma no Rio Branco), em Roraima.

Há duas ou três gerações, os Sanumá e seus atuais vizinhos Maiongong, de fala Caribe, combatiam-se duramente pela ocupação de um território deixado semi-vazio pela dizimação de povos inteiros de origem Caribe e Arawak, principalmente. Um após outro, eles sucumbiram aos maus tratos e às epidemias dos conquistadores brancos no norte da Amazônia e, principalmente, aos excessos do boom da borracha no século passado. Os Sanumá, vindos do sudoeste, expandiam-se e entravam em terras tradicionais dos Maiongong, praticamente o único grupo que restou daquele flagelo, e que tiveram que enfrentar em sua marcha rumo ao norte e leste. Depois de numerosas incursões dos Sanumá contra aldeias Maiongong, estes decidiram contra-atacar a tiro de espingarda (um legado dos tempos da invasão branca) que acabaram de vez com a guerra intertribal, por volta da virada do século. Cessaram os conflitos bélicos e desde então os dois grupos passaram a co-existir na mesma região, mantendo relações pacíficas mas tensas num clima que lembra a inquieta paz da guerra fria. Alguns intercassamentos selaram essa paz e hoje em dia o alto Auaris é ocupado majoritariamente pelos Sanumá e por uma crescente população maiongong.

Espraiados em leque, os Sanumá acabaram por ocupar não apenas o vale do alto Auaris, mas também outros rios, como o Merevari, na Venezuela. Eles mesmos apontam a região do rio Ocamo, afluente

do Orinoco, na Venezuela, como o local de onde começaram a migração. Contam que fugiam de ataques de outros yanomami, como, por exemplo, o que eles chamam de Samatali, membros do subgrupo Yanomami da Venezuela. Nessa lenta fuga, conjuntos de comunidades detiveram-se em vários locais sucessivos onde abriram roças, tiveram filhos, subdividiram-se, formaram novas alianças. Ao longo de duas gerações, colonizaram praticamente toda a área que antes pertencera a grupos Caribe e Arawak dizimados pelas invasões de brancos. Por razões sem dúvida ligadas ao difícil acesso das cabeceiras dos rios guianenses, os Yanomami conseguiram escapar a essas invasões, sem, no entanto, ficar imunes aos efeitos indiretos da presença de brancos na região, como, por exemplo, epidemias de sarampo e alguns bens manufaturados que chegaram a eles muito antes de se verem frente a frente com os invasores. Poucados daquela dizimação, os Sanumá em particular e Yanomami em geral reuniam as condições necessárias para empreender a ocupação de novos territórios que até então lhes eram desconhecidos. Avançaram por terras novas, numa verdadeira migração que difere muito das pequenas mudanças de residência que ficam contidas dentro de um espaço já definido por tradição e consenso. Nenhum desses deslocamentos, volto a insistir, tem qualquer semelhança com a figura imaginada do índio nômade, sem eira nem beira, eternamente em busca de um sustento mínimo que o livre por mais um dia da inanição. Neste sentido, nem os Yanomami nem qualquer outro povo indígena conhecido se encaixa nesse imaginário preconceituoso dos brancos que, ao atribuírem nomadismo aos índios, nada mais fazem do que afirmar o valor ocidental conferido ao sedentarismo.

O que a invasão não poupa

Nas últimas décadas, os Yanomami têm vivido momentos dramáticos, talvez os piores de sua longa existência. O trauma da construção da Perimetral Norte dos anos 70 deixou um rastro de morte que extinguiu comunidades inteiras. Os sobreviventes de quatro aldeias do alto

Catrimani, atingidas por uma epidemia de sarampo que matou metade de seus habitantes, deram a volta por cima e se reorganizaram para fundar o que é hoje o Demini, quartel general de Davi Kopenawa, o mais conhecido dos Yanomami. O projeto agropecuário do Apiaú expulsou as comunidades que lá viviam e reduziu seus remanescentes a párias nos povoados circundantes.

A partir de agosto de 1987, dezenas de milhares de garimpeiros invadiram virtualmente toda a área yanomami, provocando em questão de meses a pior pandemia de malária que a região já viu. Inúmeras comunidades foram devastadas e os sobreviventes fadados a vagar de aldeia em aldeia em busca de um novo domicílio. Esta nova maneira de se mover no espaço é totalmente imposta de fora, involuntária, caótica e violenta, carregando em seu bojo não o efeito de uma cadeia social em expansão, mas, ao contrário, retraindo-se com a desagregação que mortes em massa acarretam. A malária, principalmente, tem o potencial de transformar em realidade a ficção dos "vazios demográficos" da Amazônia em geral e da área yanomami em particular, ao devastar aldeias e contrair o espaço vital das comunidades.

A desagregação social deu-se em vários níveis, a começar pela destruição da base econômica das comunidades: roças destruídas pela potência de enormes mangueiras revolvendo barrancos para chegar ao ouro; animais de caça escorraçados pelo barulho infernal de aviões, helicópteros e maquinário; trilhas seccionadas por imensas crateras abertas à força de poderosos jatos d'água. Tudo isto acompanhado da constante sangria de vidas indígenas, seja por assassinato, seja por doenças contagiosas. Nos primeiros dois anos de atividade garimpeira, estima-se que cerca de mil e quinhentos Yanomami morreram em consequência direta da corrida do ouro. Mesmo as comunidades que não experimentaram diretamente a presença física dos garimpeiros e suas máquinas demolidoras acabaram sentindo as ondas de choque dessa corrida. Epidemias que começam num determinado ponto grassam como fogo selvagem por dezenas, centenas de aldeias, deixando um rastro de devastação. Tuberculose, malária e, menos dramática

mas inexorável, oncocercose, são doenças que mutilam ou matam, destruindo o equilíbrio demográfico de regiões inteiras. Por essas ondas de choque a tragédia yanomami ampliou-se a cada nova pista, a cada novo barranco, a cada novo acampamento garimpeiro. Não há comunidades imunes, nem as que ficam do outro lado da fronteira, em solo venezuelano. Com efeito de matástase, o impacto da atividade garimpeira corrói artérias, veias e capilares da grande cadeia orgânica que é a sociedade yanomami. Uma sociedade do movimento, do fluxo, ela enfrenta agora, além do desatino garimpeiro, um outro perigo, que é a tentativa, por parte de não poucos políticos, de anular o que lhe é garantido por direito: o usufruto exclusivo de seu território, um território suficientemente amplo para permitir a continuidade de seu modo fluido e sábio de viver.

**Alcida Rita Ramos é professora titular no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Trabalha com os Yanomami desde 1968.*

NOTAS:

1. Semelhante arrogância foi aplicada também ao caso do massacre de Haximu, em 1993, quando a morte de 16 Yanomami foi questionada por falta de cadáveres. O fato, explicado ad nauseam por índios e antropólogos, de que os Yanomami não deixam seus mortos jazendo pelo chão, mas, ao contrário, cremam-nos e guardam as suas cinzas em cumprimento de um dever cultural, não parece ter tido o menor efeito nas mentes cartesianas que insistem no "não vejo, portanto, não existe".
2. A noção de nomadismo, corrente no senso comum, intriga por seu caráter insidioso e persistente no vocabulário antropológico. Talvez originário do tempo em que as primeiras cidades-estados, como Suméria e Caldéia, se esconderam atrás de muralhas e deixaram de fora os "bárbaros nômades", esse conceito tem sido um dos baluartes usados para marcar a diferença entre civilizados e primitivos e reforçar um forte valor ocidental que é o modo de vida sedentário. Podemos dizer que o nomadismo é um conceito que entrou de contrabando na linguagem e pensamento antropológicos.
3. Dicionário Aurélio: Nômade: 1. Diz-se das tribos ou povos errantes, sem habitação fixa, que se deslocam constantemente em busca de alimentos, pastagens, etc (...); 3. P. ext: Diz-se de indivíduo que leva vida errante; vagabundo.
4. Em sua tese de doutorado, Bruce Albert segue os indícios históricos da ocupação yanomami do norte de Roraima e Amazonas (*Temps du Sang, Temps des Cendres*, Universidade de Paris X, 1985). Ver também a proposta de Criação do Parque Yanomami, elaborada pela Comissão pela Criação do Parque Yanomami, São Paulo, 1979.
5. Ernesto Migliazza, "Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia" In *Biological Diversification in the Tropics*. Proceedings of the 5th International Symposium for Tropical Biology (G. T. Prance, org.), pp. 497-519. 1982, Nova Iorque: Columbia University Press.
6. William Smole. *The Yanoama Indians. A Cultural Geography*. Austin: University of Texas Press, 1976.